

O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA

**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

Atena
Editora
Ano 2019



O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA

**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

Atena
Editora
Ano 2019



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
B823	<p>O Brasil dimensionado pela história [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-823-6 DOI 10.22533/at.ed.236190312</p> <p>1. Brasil – História. 2. Brasil – Fronteiras. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 981.65</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O Brasil, como qualquer outro país, é produto de conflitos, tensões e representações. Ao mesmo tempo uma imposição de condições circunstanciais e da assimilação de discursos internalizados, o Brasil existe na mente de seus habitantes como uma abstração, uma identidade coletiva, antes de se colocar como uma linha mais coerente de ideias encadeadas. Um recorte geográfico gigantesco. Uma economia complexa. Uma emblemática coleção de territórios, paisagens emocionais, panoramas urbanos. Uma frustrante cadeia de problemas políticos, sociais e ecológicos. Uma história. Múltiplas histórias.

Pois todos os fios das lutas e idiossincrasias que unem para constituir a trama deste país, um quadro complexo, variado e repleto de contradições, não podem ser compreendidos senão como produtos e signos dos contextos históricos em que nasceram. A história oferece um conjunto único de lentes, que nos permite detectar e apreciar os intrincados desenhos que compõem essa rica trama. A história permite dimensionar (e tensionar) diferentes bases, possibilitando outros olhares e enquadramentos, que complexificam as narrativas que contam e ressignificam o próprio conceito de Brasil.

Economia. Política. Arte. Religião. Educação. Campos de ação que fracionam a experiência humana em unidades compreensíveis e manuseáveis, produzindo especialidades e, mais importante, especificidades. Pela mirada da história podemos vislumbrar cada um destes recortes por intermédio das trajetórias descritas e geradas pelos mesmos, permitindo-nos melhor apreciar as facetas e dimensões deste país. Diferentes campos convergem para construir uma narrativa que auxilie na construção da identidade brasileira, a qual encontra na história um horizonte orientador para suas lutas e desafios. Aqui, a história se torna a pedra de toque para a leitura de diferentes problemáticas, que em última análise se propõem a medir os impactos das ações humanas no tempo e, também, construir um futuro mais humano e com mais acertos.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONSTRUÇÃO DA CIDADE E DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL NA AMÉRICA PORTUGUESA	
Wagner Cavalheiro	
Eleide Abril Gordon Findlay	
DOI 10.22533/at.ed.2361903121	
CAPÍTULO 2	11
PATRIMÔNIO: ESPAÇO DIDATIZADO – CASO DO INSTITUTO BRUNO SEGALLA, CAXIAS DO SUL	
Paloma Lava	
DOI 10.22533/at.ed.2361903122	
CAPÍTULO 3	21
O PATRIMÔNIO TERRITORIAL PÚBLICO E OS REGISTROS DOCUMENTAIS	
Eleide Abril Gordon Findlay	
DOI 10.22533/at.ed.2361903123	
CAPÍTULO 4	32
SERRA NEGRA DO NORTE/RN – BERÇO DE UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL-NATURAL ADORMECIDO	
Rita de Cássia Dantas de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2361903124	
CAPÍTULO 5	45
IDENTIDADE E LUGARES DE MEMÓRIA: UMA REFLEXÃO SOBRE OS MONTES GUARARAPES	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2361903125	
CAPÍTULO 6	53
ARQUIVOS, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: OS BENEFÍCIOS E OBSTÁCULOS DESSAS APROXIMAÇÕES	
Railane Antunes Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.2361903126	
CAPÍTULO 7	65
NO LINEAR DA PRIMEIRA REPÚBLICA A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DE MINAS GERAIS (1906–24), O PAPEL DO INSPETOR E DIRETOR	
Sandra Maria de Oliveira	
Betânia Oliveira Larteza Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.2361903127	
CAPÍTULO 8	84
A QUESTÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DE INTERVENÇÕES DO COTIDIANO	
O MONUMENTO ÀS BANDEIRAS E O PÁTIO DA CRUZ	
Editon Mioshi Arakawa Barretto	
DOI 10.22533/at.ed.2361903128	

CAPÍTULO 9	97
ENSINO DE HISTÓRIA E A PRESENÇA NEGRA NOS TRÓPICOS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM O CONTO A BOTIJA DE OURO	
Atenor Junior Pinto dos Santos Marcos Ferreira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.2361903129	
CAPÍTULO 10	107
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: OS ARQUIVOS ESCOLARES COMO POSSIBILIDADE DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS	
Vanessa Campos Mariano Ruckstadter Janete Leiko Tanno Flávio Massami Martins Ruckstadter	
DOI 10.22533/at.ed.23619031210	
CAPÍTULO 11	118
HISTÓRIA E MEMÓRIA DA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER: A ENTREVISTA COMPREENSIVA E AS POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS DOS DISCURSOS DE MULHERES EDUCADORAS	
Roselia Cristina de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.23619031211	
CAPÍTULO 12	133
ASPECTOS DA HISTÓRIA DAS CRECHES NA CIDADE DE MARÍLIA/SP, BRASIL: 1940-1997	
Josiane de Moura Dias Marquizeli	
DOI 10.22533/at.ed.23619031212	
CAPÍTULO 13	141
A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: UM BREVE PANORAMA DOS TRABALHOS REALIZADOS EM IJUÍ/RS	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.23619031213	
CAPÍTULO 14	148
BRASIL E ÁFRICA DO SUL NO CONTEXTO DO APARTHEID: RELAÇÕES E RUPTURAS	
Mariana Schlickmann	
DOI 10.22533/at.ed.23619031214	
CAPÍTULO 15	157
ARQUITETURAS DE USO MISTO EM MACAÚBAS, ALTO SERTÃO BAIANO: SISTEMAS CONSTRUTIVOS, PRÁTICAS DE MORAR E TRABALHAR	
José Antônio de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.23619031215	
CAPÍTULO 16	174
HISTÓRIA DA SECA, DA FÉ E DO NORDESTE CANTADA PELO REI DO BAIÃO	
Romero de Albuquerque Maranhão Norberto Stori	
DOI 10.22533/at.ed.23619031216	

CAPÍTULO 17	183
A PAISAGEM AMBIENTAL DE CUBATÃO NAS OBRAS DE NORBERTO STORI	
Romero de Albuquerque Maranhão	
Norberto Stori	
DOI 10.22533/at.ed.23619031217	
CAPÍTULO 18	192
“A PROPRIEDADE PRIVADA É SAGRADA E PONTO FINAL”: A FALA DO PRESIDENTE BOLSONARO AOS RURALISTAS E A VIOLÊNCIA NO CAMPO	
Francivaldo Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.23619031218	
CAPÍTULO 19	200
REPRESENTAÇÕES DO JORNAL <i>O GLOBO</i> SOBRE O PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE LEONEL BRIZOLA (1979-1980)	
Marcelo Marcon	
DOI 10.22533/at.ed.23619031219	
CAPÍTULO 20	211
A QUESTÃO CHRISTIE (1861-1863) E O ROMPIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E A GRÃ-BRETANHA: ECOS NA IMPRENSA, NA PINTURA, NO TEATRO E NA NARRATIVA <i>O DONATIVO DO CAPITÃO SILVESTRE</i> (1893), DO PARAENSE INGLÊS DE SOUSA	
Denise Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.23619031220	
CAPÍTULO 21	227
O HOMEM QUE CRIOU SHERLOCK HOLMES: ARTHUR CONAN DOYLE ENTRE AS CIÊNCIAS E A LITERATURA	
Jarbas de Mesquita Neto	
DOI 10.22533/at.ed.23619031221	
CAPÍTULO 22	237
ESTÉTICA NEGRA E DESCOLONIZAÇÃO DA IMAGEM NO CINEMA NEGRO DE SPIKE LEE E ZÓZIMO BULBUL	
Jéfferson Luiz da Silva Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.23619031222	
CAPÍTULO 23	248
CONSONÂNCIAS METODOLÓGICAS NAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DA HISTORIOGRAFIA DO CHORO	
Denis Wan-Dick Corbi	
DOI 10.22533/at.ed.23619031223	
CAPÍTULO 24	260
DOS POBRES CAVALEIROS DE CRISTO À IGREJA DE SATÃ - AS RESSIGNIFICAÇÕES DO BAPHOMET	
Lívian Mota Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.23619031224	

CAPÍTULO 25	271
KUÑANGUE ATY GUASU ENTRE RITUAIS: A RESISTÊNCIA DAS MULHERES KAIOWÁ E GUARANI NO MS	
Marlene Ricardi de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.23619031225	
CAPÍTULO 26	279
O SILENCIO SOBRE AS AFETIVIDADES FEMININAS: ESCRAVIDÃO, GÊNERO E CORPO NO MARANHÃO COLONIAL	
Nila Michele Bastos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.23619031226	
CAPÍTULO 27	293
UM OLHAR SOBRE O URBANO NO BRASIL COLONIAL: IRMANDADES DE NEGROS E ESPACIALIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA	
Valter Luiz de Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.23619031227	
CAPÍTULO 28	305
O VITALISMO E AS ORIGENS DA FISILOGIA MODERNA	
Jarbas de Mesquita Neto	
DOI 10.22533/at.ed.23619031228	
CAPÍTULO 29	317
RECOLHIMENTO DOS POBRES DO PÃO DO SANTO ANTÔNIO: POBREZA E ASSISTÊNCIA EM DIAMANTINA, 1901-1910	
Paula Afonso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.23619031229	
CAPÍTULO 30	330
REDES CEREBRAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA	
Valeria Portugal	
DOI 10.22533/at.ed.23619031230	
CAPÍTULO 31	336
RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL EM GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA DITADURA CIVIL -MILITAR: CASO VOLKSWAGEN DE SÃO BERNARDO DO CAMPO NO INQUÉRITO CIVIL-PÚBLICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	
Nicole Naomi Handa Nomura	
DOI 10.22533/at.ed.23619031231	
CAPÍTULO 32	341
SEMEANDO AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO MENTAL, CONTRA A MONOCULTURA DA MENTE	
Mônica Chiffolleau	
Juliana Dias	
DOI 10.22533/at.ed.23619031232	
CAPÍTULO 33	348
SÓSMACOS: O MODERNISMO VISTO PELO LADO DE CÁ	
Nelson de Jesus Teixeira Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.23619031233	

CAPÍTULO 34	356
TEM PEOA NO PANTANAL? SIM! NO UNIVERSO LABORAL MASCULINO HÁ ESPAÇO PARA A MULHER	
Juliana Cristina Ribeiro da Silva Sabrina Sales Araújo Patrícia Helena Mirandola Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.23619031234	
CAPÍTULO 35	368
O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II	
Vera Maria Ferreira Rodrigues Regina Maria Macedo Costa Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.23619031235	
CAPÍTULO 36	374
O INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA MATEMÁTICA COMO CAMPO CIENTÍFICO NO BRASIL	
Valessa Leal Lessa de Sá Pinto Angelo Santos Siqueira Abel Rodolfo Garcia Lozano Sérgio Ricardo Pereira de Mattos Jhoab Pessoa de Negreiros Tereza Luzia de Mello Canalli Geovane André Teles de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.23619031236	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	385
ÍNDICE REMISSIVO	386

BRASIL E ÁFRICA DO SUL NO CONTEXTO DO APARTHEID: RELAÇÕES E RUPTURAS

Mariana Schlickmann

Doutoranda em História na Universidade do Estado de Santa Catarina
Itajaí – Santa Catarina

RESUMO: Ao longo de várias décadas do século XX a África do Sul foi a maior parceira comercial do Brasil entre os países africanos, mesmo em pleno auge do regime de *Apartheid*, que legitimava a institucionalização da segregação racial. Porém, neste mesmo período, o Estado brasileiro se empenhou na construção e divulgação de uma imagem do país como símbolo de convívio harmônico entre raças, de modo a forjar uma civilização mestiça. Utilizando-se de fontes bibliográficas, este artigo busca compreender a controversa relação entre o país da segregação e o da miscigenação, em um recorte temporal delimitado entre 1961 e 1979.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Internacionais, História do Tempo Presente, África do Sul, Culturas Políticas, Estudos Africanos.

ABSTRACT: For several decades of the twentieth century, South Africa was Brazil's largest trading partner among African countries, even at the height of the *Apartheid* regime, which legitimized the institutionalization of racial segregation. However, during this same period,

the Brazilian State endeavored to construct and disseminate an image of the country as a symbol of harmonious coexistence among races, in order to forge a mixed racial civilization. Using bibliographic sources, this article seeks to understand the controversial relationship between the country of segregation and that of miscegenation, in a time frame delimited between 1961 and 1979.

KEYWORDS: International Relations, Present Time History, South Africa, Political Cultures, African Studies.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo busca debater a respeito das relações políticas, diplomáticas e econômicas entre Brasil e África do Sul, no âmbito da história política e das culturas políticas. A história política é a análise dos processos que abrangem o poder, na esfera individual e coletiva, nas tensões e lutas que estas implicam e nas ideias que as embasam e orientam (SIRINELLI, 2004, P.106). Ela não é uma história do Estado, apesar de utilizar muitas fontes produzidas por ele. Por isso, conforme afirma René Rémond, o/a historiador/a deve ser cuidadoso/a em sua metodologia para não se ater ao estudo do Estado:

O Estado jamais passa de

instrumento da classe dominante; as iniciativas dos poderes públicos, as decisões dos governos são apenas a expressão da relação de forças. Ater-se ao estudo do Estado como se ele encontrasse em si mesmo o seu princípio e a sua razão de ser é, portanto, deter-se na aparência das coisas. Em vez de contemplar o reflexo, remontemos à fonte luminosa: ou seja, vamos de uma vez à raiz das decisões, às estratégias dos grupos de pressão (RÉMOND, 2003, p. 20).

Assim, esse texto foca nas diretrizes da política externa brasileira para África do Sul, os agentes que as colocaram em prática, os impactos e resultados dessas ações e reflete um pouco acerca de todo o continente africano.

Por sua vez, as culturas políticas podem ser entendidas como o “conjunto de valores, tradições, práticas, representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado” (MOTTA, 2009, p. 21). Além do passado, este conjunto de práticas também pode influenciar e moldar projetos políticos planejados para o futuro. Eliane Dutra reforça o conceito ao afirmar que:

É justamente essa porção de um patrimônio cultural indiviso – experimentado no curso de uma existência, a um só tempo individual e coletiva, por referência de sistemas de valores, de regras e de crenças compartilhados em função de uma leitura comum do passado; de aspirações e projeções de um futuro a ser vivido em conjunto; e da comunhão de uma visão de mundo [...]” (DUTRA, 2002, p. 24).

Deste modo, para apreender as dinâmicas das culturas política, a política internacional do Estado-nação brasileiro em sua relação com África do Sul, deve ser analisada como uma estrutura, em uma longa duração, em diálogo com o conceito de Reinhart Koselleck. Para o autor, as estruturas são amplas, integram as mais diversas experiências cotidianas, e por isso, ultrapassam um registro cronológico, pois elas não se organizam segundo uma estrita sucessão de eventos passados. Elas implicam em uma maior estabilidade e duração e alternam-se em prazos mais longos. As estruturas de longo prazo permitem possibilidades para que os eventos incidam. Ele também afirma que:

Existem estruturas que são tão duradouras que permanecem guardadas no inconsciente ou na não-consciência daqueles que a viveram, ou cujas alterações se dão a tão longo prazo que escapam ao conhecimento empírico dos atingidos (KOSELLECK, 2006, p. 137).

Mesmo com a ruptura que significou a deposição da democracia e início da ditadura civil-militar em diversas esferas sociais, políticas, culturais, no que tange às relações internacionais entre Brasil e África, há uma breve retração, mas não uma quebra.

2 | RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA: UM BREVE PANORAMA

A década de 1960 marcou um importante momento de reaproximação institucional, comercial, intelectual e cultural do Brasil com o continente africano. No governo de Jânio Quadros ocorreu um grande investimento com a criação, em

1961, da Divisão de África no Itamaraty e a abertura de três embaixadas em países africanos: Accra (Gana), Dacar (Senegal) e Lagos (Nigéria). A escolha destes locais pautou-se numa perspectiva estratégica, uma vez que Dacar, no Senegal, era um grande centro intelectual e exercia influência em toda a África de colonização francesa. Já a Nigéria, país mais populoso e rico em recursos naturais, era idealizado pelo governo como um futuro parceiro comercial. Por sua vez, Gana, consistia em centro estratégico na África Ocidental, detentora de grande expressão política e maior exportadora de cacau do mundo. É válido destacar também que a embaixada de Gana recebeu o primeiro negro embaixador brasileiro, o jornalista Raymundo de Sousa Dantas. Dantas relatou sua experiência como embaixador no livro *África Difícil: Missão Condenada – Diário* (1965), obra em que descreveu as dificuldades enfrentadas, o racismo do Itamaraty e o abandono sofrido pela embaixada.

Neste mesmo ano de 1961, ocorreu a exposição flutuante do navio-escola Custódio de Mello, organizada pelo MRE e Ministério da Marinha, viajando pela costa ocidental africana durante alguns meses com a finalidade de apresentar o Brasil e alguns produtos disponíveis para comercialização (SARAIVA, 2012, p. 38). Ainda em 1961, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos – IBEAA foi criado através do Decreto 50.465, de 14 de abril, subordinado diretamente à Presidência da República e localizado dentro do Ministério da Educação, no Palácio Capanema, Rio de Janeiro. O IBEAA era presidido por Cândido Mendes de Almeida, reconhecido cientista social, e tinha como principal função assessorar a Presidência nas relações entre Brasil e África, sem interferência e pressão do colonialismo português. O Instituto auxiliou, por exemplo, na formação de uma política de relações comerciais com África através das reuniões de debate sobre relações econômicas Brasil-África (OLVIEIRA, 1987, P. 31).

Jânio Quadros renunciou após apenas sete meses de governo, e seu vice, João Goulart assumiu a presidência da república até ser deposto por um golpe de Estado em 1964. O novo governo estabeleceu suas próprias diretrizes nas relações internacionais, e nos primeiros anos, as relações entre Brasil e África perderam fôlego. O IBEAA foi extinto ainda em 1964, e a embaixada de Gana ficou três anos sem um embaixador. Entretanto, ao longo dos governos ditatoriais a política externa sofreu diversas modificações, e no governo de Geisel (1974 – 1979) o Brasil voltou novamente suas atenções para o continente africano ao criar a primeira linha área entre Rio de Janeiro e Johannesburgo e enviar duas importantes missões para viajar por todo continente africano e estabelecer relações comerciais (PIERI, 2016, p. 166).

Deste modo, apesar do impacto da ditadura abranger praticamente todos os aspectos da história do Brasil, no âmbito das relações entre Brasil-África, e mais especificamente, Brasil-África do Sul, ela não significou uma mudança estrutural. Obviamente, foi um acontecimento importante nesta série de eventos aos quais esta narrativa se dedica, mas não significou uma ruptura. De fato, a grande mudança estrutural, que modificou totalmente a dinâmica entre os dois países, foi

o rompimento oficial das relações diplomáticas e comerciais na década de 1970, quando quinze países africanos assinaram uma resolução em que o Brasil e mais seis nações sofreriam boicote diplomático no fornecimento de petróleo caso não encerrassem relações com o regime de segregação sul-africano e findassem o apoio ao colonialismo português (SANTANA, 2006, p. 160). Esta mudança foi significativa pois de acordo com Saraiva, mais de 50% das exportações brasileiras para o continente africano eram para a África do Sul, chegando a 70% no ano de 1962 (SARAIVA, 2012, p. 40).

No contexto daquele período, as duas primeiras crises mundiais do petróleo comprometeram o fornecimento do produto e aumentaram vertiginosamente o preço do barril (SANTANA, 2006, p. 157-177). Nesta delicada situação, o Brasil deixou de se relacionar com a África do Sul até o fim do regime de *Apartheid*, visando garantir seu suprimento de petróleo e conquistar a confiança dos países africanos com os quais tinha planos comerciais. Somente na década de 1990, com o decreto oficial do fim do regime de *Apartheid* e a eleição de Nelson Mandela para presidente, o Brasil retomou contato com a África do Sul. Em 1991, Mandela visitou o Estado brasileiro, retomando os relacionamentos comerciais. Flávio Sombra Saraiva confirma:

A vulnerabilidade energética do Brasil nos anos 1970 e parte da década de 1980 ocupou papel ponderável na reaproximação ao continente africano. As duas crises do petróleo, em 1973 e em 1979, aceleraram a busca de novas parcerias internacionais. E isso viria explicar a superação gradual do comércio quase exclusivo com a África do Sul pelo intercâmbio crescente com outros dois novos parceiros atlânticos: Nigéria e Angola (SARAIVA, 2012).

Apartir daí toda a teia de relações do Brasil com países africanos foi reconfigurada, pois o impacto se estendeu e teve consequências por todo o continente, uma vez que o país teve que buscar outros parceiros comerciais. E assim, uma vez que essa pesquisa engloba não somente Brasil e África do Sul, mas também outros países do continente africano, ela adota uma perspectiva transnacional. De acordo com Isabel Hofmeyr, “a reivindicação do método transnacional não é simplesmente que os processos históricos são feitos em diferentes lugares, mas que eles são construídos no movimento entre lugares e regiões” (BAYLY, C.A. et al. 2006, p. 1444). Logo, na perspectiva transnacional, analisamos o trânsito de mercadorias e ideias entre os países supracitados.

No âmbito das culturas políticas, é importante operar o conceito de representação. Rodrigo Patto Sá Motta o define assim:

Importa realçar que a categoria representações está sendo entendida no sentido de “re-apresentar uma presença (sensorial, perceptiva) ou fazer presente alguma coisa ausente, isto é, re-apresentar como presente algo que não é diretamente dado aos sentidos” (FALCON,2000:46). Dessa maneira, com base em enfoque de sentido amplo, representações configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras, etc.). (MOTTA, 2009, p. 21).

Mobilizando este conceito, pode-se perceber que o Estado criou um discurso acerca da democracia racial, com símbolos, mitos e um imaginário sobre o que é o Brasil e qual a imagem que o país buscou transmitir com este ideal.

Para compreender o mito da democracia racial no Brasil, é antes necessário entender como e por que esse imaginário foi elaborado, pois ele advém de uma necessidade do recém-criado Estado-Nação brasileiro.

Assim, nos primeiros anos da república Brasileira, a maior questão era como lidar com a questão da cidadania, se maior parte da população era composta por ex escravos e seus descendentes? Além disso, como manter a hierarquia social com o fim da escravidão? No contexto do final do século XIX e início do século XX, como pondera Lilian Schwarcz,

Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão de obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania (SCHWARCZ, 1993, p.24).

Naquele período, o Brasil estava deixando para trás um passado escravista e monárquico para se tornar uma república oligárquica, cuja constituição, em termos formais garantia a igualdade e transformava toda a população em cidadãos.

Neste primeiro momento, o debate racial foi acerca de quem teria acesso, e em que níveis, a cidadania. Assim, as escolas de medicina e direito debateram as teorias raciais em uma perspectiva de naturalizar as diferenças, biologizando as hierarquias sociais.

Esse projeto de cidadania elitista não contou com a participação da sociedade e das lutas populares, ao contrário, foi imposta de cima para baixo, sem estender a cidadania a essa nova nacionalidade brasileira republicana e democrática. Como afirma Antônio Sérgio Guimarães:

[...] o imaginário elitista da nacionalidade aspirou — nas suas versões mais liberais — a uma raça mestiça que incorporasse negros e índios. Por isso, Peter Wade (1993, p. 3) tem razão quando diz que os pretos e os índios são incorporados mais “como candidatos potenciais à miscigenação” que como cidadãos plenos. De fato, eles foram excluídos desde sempre da cidadania, pelo processo mesmo de sua emancipação que os transformou numa subclasse. (GUIMARÃES, 1995, p. 41)

Neste período de racismo científico e teorias raciais, as populações eram divididas em raças, e o homem branco era tido o ápice na escala da “evolução” e o negro caracterizado unicamente em termos negativos, ainda em processo “evolutivo”. Por isso, como a mestiçagem era uma séria ameaça à “pureza” das populações/nações, devia a todo custo ser evitada (SCHWARCZ, 1993, p. 82).

Entretanto, a mestiçagem era percebida como a principal marca do país, e considerada um problema a ser enfrentado. Os intelectuais da época encontraram uma saída adaptando as principais teorias de moda a não considerar a miscigenação como um empecilho. Do Darwinismo social adotou-se a ideia da naturalização da

hierarquia entre as diferentes raças, e do evolucionismo social a perspectiva de constante evolução e aperfeiçoamento. Assim surgiu uma espécie de teoria híbrida que contornava o problema da mestiçagem, pois ela levaria ao branqueamento e aperfeiçoamento.

Na década de 1930, o problema racial ganhou destaque novamente, no governo Getúlio Vargas, que buscou repensar a questão da identidade nacional, em um período de imigração europeia em massa para o país e da Segunda Guerra Mundial (PEREIRA, 1991, p. 73). O debate foi guiado por um dos mais proeminentes pesquisadores na década de 1930, Gilberto Freyre (1900-1987), autor de duas obras clássicas do período: *Casa Grande & Senzala*, de 1933 e *Sobrados e Mocambos*, publicada em 1936. Ele sofisticou as discussões e a adaptação das teorias raciais acerca da mestiçagem e do branqueamento, positivando definitivamente essa característica da identidade nacional brasileira.

Freyre reforçou a importância de Portugal na constituição do Brasil, mas abriu espaço para a contribuição das populações indígenas e africanas, mesmo que em menor proporção, pois para ele o protagonismo era português e, os africanos, coadjuvantes neste contexto histórico. O autor deu um novo significado para a mestiçagem, tornada o elemento fundante da civilização brasileira.

Para ele, a miscigenação proporcionou a convivência harmoniosa das três raças que construíram o país (indígena, africana e europeia). É pontual recordar que em 1939, Getúlio Vargas criou o “Dia da Raça”, a ser celebrado em 10 de junho, reservado à celebração da miscigenação brasileira. Em 1963 também foi criado o “Dia do Samba”, também neste esforço de corroborar a cultura miscigenada do país (LEITE, 2018, p. 37).

Além da falta de cidadania, a democracia racial e a positivação da miscigenação estavam ancoradas em um ideal de “embranquecimento” que seria resultado da mistura entre as raças, uma vez que este prisma do racismo via o sangue branco como purificador, que absorveria as não-brancas do país.

Logo, o racismo no Brasil não foi enfrentado de maneira direta, pois o discurso na academia e na sociedade era de que ele era inexistente, já que o país era uma democracia racial. A partir deste conceito, construiu-se uma interpretação do Brasil, na qual Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Caio Prado Júnior foram intérpretes e ocuparam um papel fundamental. E em um mundo de tensões raciais, o Brasil se lançou em uma vitrine com esse novo modelo de governo, com base nessa convivência.

O Estado Novo, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda e adesão entusiástica das elites brasileiras, se esforçou em divulgar e vender essa imagem, pois ele construía uma visão positiva do país, e buscou silenciar vozes afros nos emergentes centros urbanos acerca das desigualdades presentes entre os descendentes de africanos.

Se por um lado, tal perspectiva serviu para impulsionar os estudos afro-

brasileiros, sob liderança de Gilberto Freyre, em termos diplomáticos, de outro, não significou uma aproximação com os países africanos nesse período, tanto que sua principal relação era com o regime de *Apartheid* da África do Sul. Isso ocorreu somente nos anos 1960, com um novo projeto de país e uma nova configuração mundial que pressionou o Brasil a rever suas posições. Deste modo, mudanças ocorreram e então utilizou-se do mito da democracia racial para uma aproximação com os países da África Austral, antagonizando e procurando apontar um Brasil onde a população negra não se diferenciava da branca, já que possuía “até” embaixadores negros. No caso, Raymundo de Souza Dantas, enviado à Gana. O país se anunciava como o modelo de harmonia entre as raças, antagonizando o *Apartheid*. Entretanto, o discurso não condizia com a prática, e a África do Sul foi por décadas, o maior parceiro comercial brasileiro em África, até o momento da ruptura das relações, que só ocorreram por pressões externas.

3 | CONCLUSÃO

Através dessa narrativa, buscou-se inscrever as relações entre Brasil e África do Sul na duração do tempo histórico, também mostrando um breve panorama da política externa brasileira em relação ao continente africano. Para isso, procuramos operar alguns conceitos como representação, nação, nacionalismo, cultura política, em uma tentativa de lançar novos olhares e questões para o objeto de pesquisa. Este exercício de mobilizar novos conceitos enriquece e dinamiza a produção da narrativa histórica, pois a história “só poderá reconhecer o que está em contínua mudança e o que é novo se souber qual é a fonte onde as estruturas duradouras se ocultam”, por que “estas precisam ser buscadas e investigadas, se quisermos que as experiências históricas sejam traduzidas para uma ciência da história” (KOSELLECK, 2006, p. 327) o que não deixa de ser um desafio permanente para os/as historiadores/as.

REFERÊNCIAS

DANTAS, Raymundo de Souza. *África difícil: missão condenada - diário*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965.

D'ÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DÖPCKE, Wolfgang. “Uma nova política exterior depois do apartheid? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974-1998”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 41, n° 1, 1998, p. 132-160.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. *Varia História*, n. 28, dez. 2002.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre a História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LEITE, Fernando Sousa. O Brasil olha para a África: lusotropicalismo na abertura da política externa brasileira para o continente africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v.3, n.5, jan./jun. 2018, p. 33-47, p. 37.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. **Agostinho da Silva e o CEAO**: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil. 2010. 235f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1987.

PENNA FILHO, Pio. África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). **Rev. Bras. Polít. Int.** vol. 44, n.1, 2001, p. 69-93.

_____; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África as origens da política africana do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 39, jan/jun, 2007.

PEREIRA, José Maria Nunes. **Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso**: o CEEA (1973 – 1986). Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

PIERI, Vitor Stuart Gabriel de. OLIVEIRA, Fabiana de. Brasil e África: seis décadas de aproximação. **Revista Intellecto**r, vol XIII, n25, julho/dezembro 2016, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Claudio Oliveira. Brasil-África: notas sobre política externa e comércio exterior (1985-2005). **Afro-Ásia**, n. 35, 2007, p. 281-314.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

SANTANA, Ivo de. **A experiência empresarial brasileira na África (1970-1990)**. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004.

_____. Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990. **Rev. Bras. Polít. Int.** Vol. 46, n. 2, 2003, p. 113-137.

_____. Relações Econômicas Brasil-África: A Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a Intermediação de Negócios no Mercado Africano. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, n. 3, 2003, p. 517-555.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África**: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias. Brasília: EdUnB, 1996.

_____. *África parceira do Brasil atlântico*: relações internacionais do Brasil e da

África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1879 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIRINELLI, Jean-François. **Abrir a História**: Novos Olhares sobre o século XX francês. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

DENISE PEREIRA - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

MARISTELA CARNEIRO- Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 3, 6, 26, 42, 50, 56, 57, 58, 59, 65, 66, 67, 70, 73, 74, 76, 80, 82, 102, 129, 130, 131, 137, 138, 139, 160, 161, 301, 321, 322, 369

África do Sul 148, 149, 150, 151, 154, 155

Arquitetura 32, 143, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172

Arquivo 1, 21, 26, 27, 29, 30, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 76, 77, 78, 81, 87, 111, 113, 115, 116, 117, 144, 243, 258, 371

Arquivos escolares 107, 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116

Arquivos municipais 1

B

Bens patrimoniais 50, 55, 107, 108

Berçário “Mãe Cristina” 133, 134, 135, 137, 138

Burocracia 8, 65, 70, 80

C

Cidadania 11, 12, 15, 16, 19, 56, 152, 153

Cidade 1, 5, 8, 12, 13, 14, 16, 21, 26, 35, 40, 41, 42, 56, 68, 77, 78, 80, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 95, 96, 98, 102, 106, 109, 111, 114, 120, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 144, 147, 157, 158, 160, 164, 166, 167, 169, 171, 172, 179, 184, 185, 186, 187, 205, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 229, 260, 268, 282, 288, 293, 296, 300, 301, 302, 303, 317, 319, 321, 323, 354, 359, 361

Construir 23, 85, 87, 101, 110, 123, 147, 157, 158, 172, 206, 209, 337, 341, 342, 345, 357

Creche 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Cultura 10, 12, 13, 16, 20, 27, 29, 32, 33, 37, 39, 40, 41, 43, 50, 55, 60, 61, 63, 68, 81, 82, 89, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 108, 112, 113, 115, 117, 120, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 147, 151, 153, 154, 157, 161, 166, 171, 172, 173, 174, 176, 183, 190, 241, 242, 247, 249, 253, 259, 272, 273, 275, 276, 279, 281, 282, 291, 292, 343, 345, 347, 350, 355, 359, 360, 365, 366, 367, 372, 373, 376, 382, 384, 385

Culturas políticas 148, 149, 151, 154, 155

E

Educação patrimonial 11, 12, 13, 16, 19, 20, 53, 54, 55, 56, 63, 107, 108, 109, 112, 113, 117

Ensino 12, 13, 18, 19, 20, 39, 53, 54, 55, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 111, 112, 131, 133, 137, 138, 140, 141, 147, 261, 270, 356, 368, 370, 371, 372, 374, 375, 379, 380, 381, 385

Ensino de história 12, 18, 19, 20, 53, 54, 97, 102, 105, 261, 270

Ensino primário 65, 66, 69, 80, 82

Estudos africanos 148, 155

Exército brasileiro 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 125, 144, 147

F

Fiscalização 26, 65, 69, 70, 72, 74, 77, 80

Fontes históricas 6, 11, 17, 18, 20, 67, 113, 115, 318

G

Grupo escolar 65, 66, 68, 71, 74, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 167

H

História 2, 3, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 37, 39, 40, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62, 63, 66, 67, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 164, 165, 171, 172, 173, 174, 175, 182, 183, 190, 191, 192, 200, 201, 204, 210, 211, 213, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239, 240, 242, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 270, 271, 272, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 287, 290, 291, 292, 294, 296, 301, 303, 304, 318, 324, 328, 329, 355, 356, 358, 360, 361, 364, 365, 366, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 376, 377, 379, 381, 382, 383, 384, 385

História da educação 66, 67, 82, 107, 108, 109, 112, 113, 114, 117, 133, 134, 139

História do tempo presente 148

História militar 141, 142, 143, 144, 147

Historiografia 6, 21, 100, 110, 114, 117, 127, 141, 142, 143, 146, 147, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 280, 281, 282, 290, 292, 294, 336, 339, 376, 383

I

Identidade 2, 3, 10, 12, 13, 19, 22, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 57, 63, 70, 95, 96, 100, 101, 103, 106, 108, 113, 114, 143, 149, 153, 157, 161, 172, 202, 216, 222, 241, 243, 244, 245, 246, 253, 258, 275, 281, 289, 291, 333, 334, 343, 346, 350, 355, 364, 366, 384

Instituições confessionais 133

Interdisciplinaridade 2, 174, 183

Intervenção 84, 95, 106, 162, 203, 223, 354

L

Lei 10639/03 97, 98

Luiz Gonzaga 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182

M

Memória 11, 12, 13, 19, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 82, 84, 85, 87, 93, 95, 96, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 123, 125, 127, 129, 133, 142, 144, 151, 157, 172, 173, 174, 208, 219, 248, 250, 252, 254, 255, 256, 258, 259, 292, 303, 319, 320, 323, 324, 333, 334, 340, 350, 364, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 378

Montes Guararapes 45, 46, 47, 48, 49, 51

Monumento às bandeiras 84, 85, 86, 87, 91, 92, 95, 96

Morar 77, 157, 158, 165, 166, 172, 177

Município 1, 3, 4, 5, 6, 9, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 53, 57, 72, 73, 128, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 160, 162, 186, 273, 274, 275, 361

Música 98, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 216, 219, 225, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 256, 257, 258, 259

P

Pátio da cruz 84, 85, 90, 93, 94, 95

Patrimônio 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 63, 84, 91, 95, 96, 107, 109, 110, 113, 115, 116, 117, 134, 149, 157, 161, 171, 172, 173, 177, 294, 298, 299, 300, 369, 371

Patrimônio cultural 1, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 30, 41, 49, 52, 54, 63, 96, 109, 113, 149, 157, 172

Patrimônio territorial 1, 3, 4, 5, 7, 9, 21, 22, 24, 25, 26

Potencialidades 23, 32, 40, 41, 44

Presença negra 97, 98, 99, 240

R

Registros documentais 21

Relações internacionais 148, 149, 150, 155

S

São Francisco do Sul 1, 9, 10, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30

Serra Negra do Norte 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44

Sociedade 1, 4, 12, 19, 22, 23, 24, 29, 32, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 66, 67, 68, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 97, 98, 99, 100, 102, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 121, 124, 125, 126, 127, 142, 143, 145, 152, 153, 157, 159, 160, 161, 171, 172, 173, 190, 194, 195, 197, 198, 226, 230, 238, 240, 244, 254, 256, 275, 276, 279, 281, 286, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 303, 318, 320, 321, 322, 323, 333, 346, 347, 355, 361, 365, 368, 372, 373, 374, 378, 381, 382

T

Trabalhar 42, 63, 79, 100, 101, 123, 127, 137, 157, 158, 160, 165, 166, 172, 177, 279, 307, 308, 361, 362, 369

Turismo sustentável 32, 41

V

Vigésio Sétimo 27º Grupo de Artilharia de Campanha 141, 142, 144

Vila 1, 5, 8, 21, 26, 41, 160, 168, 283

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-823-6

